



Jerônimo de Rossi Molina

Graduado e mestre em Administração pela Universidade de Caxias do Sul. Doutorando em História no Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo, com bolsa da CAPES.

A DEMOCRACIA RADICAL E PLURAL COMO MÉTODO DE ANÁLISE EM GEOPOLÍTICA CRÍTICA*

RADICAL AND PLURAL DEMOCRACY AS A METHOD OF ANALYSIS IN CRITICAL GEOPOLITICS

RESUMO: Com o fim da Guerra Fria, surgiu a ideia de que o neoliberalismo seria a única forma de construir a democracia. Esse advento trouxe a perspectiva de desconsiderar outras formas de democracia. Em contraposição a essa perspectiva na geopolítica, surge a geopolítica crítica, uma vertente que analisa os discursos e a influência nas relações de poder das potências ocidentais. No entanto, aspectos da geopolítica crítica não consideram a democracia radical como forma alternativa de análise a partir da ascensão da racionalidade neoliberal. Este artigo tem por objetivo desenvolver uma perspectiva de análise geopolítica crítica baseada na democracia radical, a partir de ensaio teórico sobre esses tópicos. Essa análise somente é possível olhando para outras democracias de uma perspectiva agonista. Cabe ressaltar que a proposta do artigo não é a aplicabilidade da análise, mas sim o estabelecimento de um método conciso que demonstre outra perspectiva de análise geopolítica por meio da concepção de que legitimidade da democracia alheia para além dos preceitos neoliberais.

Palavras-chave: Geopolítica crítica. Democracia radical. Agonismo.

ABSTRACT: With the end of the Cold War, the idea emerged that neoliberalism would be the only way to build democracy. This advent brought the prospect of disregarding other forms of democracy. In contrast to this perspective in geopolitics, critical geopolitics emerges, a strand that analyzes the discourses and influence on the power relations of Western powers. However, aspects of critical geopolitics do not consider radical democracy as an alternative form of analysis based on the rise of neoliberal rationality. This article aims to develop a perspective of critical geopolitical analysis based on radical democracy, based on a theoretical essay on these topics. This analysis is only possible by looking at other democracies from an agonist perspective. It should be noted that the purpose of the article is not the applicability of the analysis, but rather the establishment of a concise method that demonstrates another perspective of geopolitical analysis through the conception that the legitimacy of other people's democracy goes beyond neoliberal precepts.

Keywords: Critical geopolitics. Radical democracy. Agonism.

* Pesquisa financiada com bolsa oriunda de recursos advindos da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

1 Introdução

Fukuyama, após escrever seu ensaio em 1989 sobre o “fim da história” e depois ampliado em formato de livro (Fukuyama, 1992) desenvolveu a ideia de que a sociedade humana chegara ao final de seu desenvolvimento. Para ele, a democracia liberal — e seus preceitos — haviam atingido seu ápice, tornando-se a única possibilidade presente daquele ponto em diante na história humana. Em outras palavras, Fukuyama estava estabelecendo como marco final da história social humana o próprio neoliberalismo. Não poderia ser de outra forma, após a queda do Muro de Berlim — marco histórico do fim da Guerra Fria — não havia no horizonte um pensamento que pudesse fazer frente ao neoliberalismo, pelo contrário.

Muito antes de Fukuyama, as bases do pensamento neoliberal surgiram dentro do contexto do liberalismo dogmático, apoiado nas premissas de um mundo defensor do direito natural, da liberdade de comércio, da propriedade privada e do equilíbrio do mercado (Foucault, 2022). Entretanto, havia fraturas em suas bases ideológicas (Dardot; Laval, 2016), fraturas tais que levaram ao estabelecimento de oligopólios e monopólios, que controlavam os políticos como marionetes, enfraqueciam ainda mais as bases originais de Adam Smith e David Ricardo.

É a partir do ordoliberalismo alemão¹, logo após o regime totalitário nazista, que a ordem econômica e a ordem política se baseiam em um capitalismo fomentado pelo Estado, sendo este tanto um regulador como um promotor da ordem social em bases econômicas (Dardot; Laval, 2016). Essas ações de defesa do Estado como promotor do livre mercado levaram a uma “fobia do Estado”, rejeitando o dirigismo e a planificação econômicas, o intervencionismo estatal, além de uma crítica ao Estado de bem-estar social (Nunes, 2013). Tais preceitos são compartilhados com a Escola de Chicago, através de seu principal expoente, Milton Friedman, dando a entender que o papel do Estado seria a defesa da liberdade (2014) e que o mercado é a única maneira de sustentação social (2015).

Considera-se que o liberalismo dogmático enfrentou “uma crise da governamentalidade liberal” (Dardot; Laval, 2016, p. 615), ou seja, uma crise das práticas de governo tanto na dimensão da técnica (ou tecnológica) como nos programas de governo (Avelino, 2010). Essa crise gerou uma racionalidade econômica a partir do princípio da

¹ Ordoliberalismo alemão ou simplesmente ordoliberalismo é uma variante do liberalismo que credita maior ênfase ao Estado para garantir a manutenção do livre mercado, mas sem defender ou ser contrário a um estado de bem-estar social (Mirowski; Plehwe, 2009).

concorrência e uma racionalidade política através do mercado (Foucault, 2022). Aconteceu uma alteração na arte liberal de governar, de forma lenta, se alterou do liberalismo para formações neoliberais, desunificadas, mas coabitando com outras racionalidades políticas (Brown, 2015). A fusão da racionalidade econômica e seu princípio concorrencial, com nações competindo entre si para se tornarem mais atrativas aos investidores (Porter, 1990) e; a racionalidade política através dos parâmetros do mercado, com a presença do gerencialismo como forma de gestão da coisa pública (Klikauer, 2013; Shepherd, 2018), formou o neoliberalismo de Reagan e Thatcher, defendido por Fukuyama, como os pilares da democracia liberal (1992).

Estes pilares também atraíram parte da ‘esquerda’, principalmente aqueles oriundos da Terceira Via, a partir da ideia de que não havia alternativa ao neoliberalismo (Mouffe; Martin, 2013), naquilo que pode ser chamado como uma ‘social-democracia neoliberal’. Essa guinada neoliberal determinou uma reflexão necessária de parte da esquerda, propriamente dita, contrária ao modelo de democracia liberal ora apresentado.

Parte da reflexão está na crítica ao caráter do “homem-empresa” (Dardot; Laval, 2016), considerando o sujeito como um ente empreendedor (Schumpeter, 2020), de si próprio. Isso constitui, pelos neoliberais, principalmente aqueles da Escola Austríaca, um distanciamento total do papel de Estado, pois este perturba a ordem de mercado (Mises, 2010). Estes princípios de mercado, sobrepõem aos motes da democracia liberal, ditando que um bom governo é aquele que defende os interesses do mercado, mesmo que para isso um governo autoritário seja implementado (Kaplan, 2000). Caracteriza-se uma forma de pensar, ou uma racionalidade voltada para as práticas de mercado em todas as instituições e na ação social (Brown, 2009). Portanto, os pilares da democracia liberal, fundada no ‘liberalismo político’ se desfazem, surgindo tão somente as ideias da ‘democracia neoliberal’, caracterizada pela racionalidade política das práticas de mercado na condução das estratégias geopolíticas globais.

Em 1985, pouco antes da publicação de Fukuyama (1989), Ernesto Laclau e Chantal Mouffe se propuseram a escrever “Hegemonia e Estratégia Socialista” (2015)², na tentativa de reestabelecer as bases do marxismo, desconstruindo-as e reescrevendo diante do advento da hegemonia da racionalidade neoliberal vigente. Este processo resultou na concepção de um modelo de democracia radical e uma nova concepção de marxismo, descrita por estes autores como “pós-marxista” (Laclau; Mouffe, 2015, p. 55).

² A versão do livro em português foi publicada em 2015, base para este artigo.

Enquanto, em 1985, a descrença em outro modelo contraposto ao neoliberalismo se fazia necessário devido uma crença totalizante na democracia liberal, atualmente há uma descrença no conceito de democracia liberal (Brown, 2009; 2015), levando a fusão do neoliberalismo com o neoconservadorismo, e como consequência a desdemocratização (2006). Em contexto geopolítico, tais movimentos se aproximam da extrema-direita, com fortes laços ao “conservadorismo tradicionalista” e uma suposta “nova ordem mundial” (Cruz, 2023), tendo em Olavo de Carvalho um de seus representantes no Brasil.

Diante dessas ameaças, surge a necessidade de estabelecer uma metodologia capaz de contrapor a democracia neoliberal. Este artigo tem como objetivo utilizar as bases da democracia radical e a estrutura da teoria política pós-marxista (Laclau; Mouffe, 2015; Mouffe, 2000; 2005) para reconduzir um posicionamento geopolítico crítico às teorias neoliberais e neoconservadoras, tendo no discurso político a base principal de análise.

2 A crítica sobre a Geopolítica “convencional”

A geopolítica tem diversos conceitos aplicados ao longo da história. Considerando os precursores do termo, como Friedrich Ratzel e seu discípulo Rudolf Kjéllin, é possível atribuir a um caráter funcionalista da geopolítica (Dittmer, 2014). Tais autores tinham na concepção do Estado como organismo vivo sua premissa fundamental, atribuindo a esse uma noção totalizante de seus recursos — naturais e humanos — como forma de impor o poder sobre as outras nações. Por outro lado, outra definição para geopolítica, com raízes no final do século XIX é um contraponto ao idealismo representado pela ideologia e à vontade humana (Tuathail; Agnew, 1992). Haushofer, seguindo as ideias organicistas de Ratzel mencionou em um programa de rádio em 1931 que:

[...] a geopolítica toma o lugar da paixão política e o desenvolvimento ditado pela lei natural remodela o trabalho da transgressão arbitrária da vontade humana. O mundo natural, rechaçado em vão com a espada ou com a força, reafirma-se irremovivelmente na face da terra. Isso é geopolítica! (Haushofer Tuathail; Agnew, 1992, p. 192).³

Tais abordagens condicionam a análise geopolítica a partir de um suposto materialismo (Dittmer, 2014; Tuathail; Agnew, 1992), sendo a base das realidades da política

³ Do original: “[...] geopolitics takes the place of political passion and development dictated by natural law reshapes the work of the arbitrary transgression of human will. The natural world, beaten back in vain with sword or pitchfork, irrepressibly reasserts itself in the face of the earth. This is geopolitics!”

internacional, no contexto de como os eventos políticos se desdobram, tornando-se ‘imparcial’. Contudo, é invariável não pensar a geopolítica como imparcial ou sem ideologia, pois todos os grandes geopolíticos, de Ratzel à Kissinger, faziam parte de alguma filosofia política, todos com o único propósito de auxiliar a política com vistas ao aumento do poder do Estado.

Podemos citar exemplos da presença ideológica como a presente nos manuscritos de Halford Mackinder, onde explicitava sua teoria de área pivô e uma *heartland* presente na Eurásia (Tuathail, 1992), sendo aplicada em grande parte do período da Guerra Fria, entre Estados Unidos e União Soviética. Outro exemplo fica a cargo das ideias de Karl Haushofer, que junto a seu filho, Albrecht, auxiliaram Rudolf Hess e Adolf Hitler na escrita e compreensão de ideias como *Lebensraum*, *Autarkie* e pangermanismo regional (Barnes; Abrahamsson, 2015). Mais recentemente, há exemplos nas ideias de Francis Fukuyama, já citado, com a proposta do “fim da história”; de Robert Keohane que, em conjunto com Joseph Nye Jr., estabelece uma teoria voltada a cooperação interdependente, com foco na interdependência econômica entre as nações (2012); de Thomas Friedman com a premissa de um mundo interconectado por meio da tecnologia e da globalização (2007) ou; de Samuel Huntington, com a teoria do “choque de civilizações” (2011).

Com base nessas ideologias se firmam as concepções da geopolítica ‘convencional’, sobretudo de origem estadunidense, baseando-se nas estratégias advindas de sua perspectiva de como é o mundo (Tuathail; Agnew, 1992). A partir dessa perspectiva se estabelece a visão de valores da liberdade econômica e de mercado, com discursos baseados no contexto mitológico, imaginário e universal que a ‘América’ é o único lugar onde existe a verdadeira liberdade do ‘Novo Mundo’. Esses discursos levam a um orientalismo, sendo aplicado a uma forma de dominação e colonização do espaço para além da Europa (Said, 2012), em uma versão pós-colonial do pensamento hegemônico estadunidense de dominação.

Considerando essas lentes do pensamento geopolítico convencional, é importante contraponto a partir dos discursos implementados nas relações internacionais. Baseando-se em Foucault e nas suas análises sobre discursos, foi instituído um novo campo de compreensão da geopolítica. A partir da análise das práticas discursivas hegemônicas, se compreende que o mundo é uma luta por poder através dos discursos políticos, sendo desenvolvido a geopolítica crítica (Dalby, 1991).

Podemos dizer que a crítica à geopolítica, sobretudo estadunidense, foi iniciada por Yves Lacoste e sua preocupação com o uso da geografia em prol dos EUA contra os

vietnamitas na Guerra do Vietnã (Heinsfeld, 2020). Complementando a ideia francesa trazida por Lacoste, Tuathail desenvolveu a geografia crítica a partir de uma abordagem foucaultiana das Relações Internacionais (Dalby, 1991; Tuathail, 1992). Para Tuathail (2000) a geografia política detém uma alma Anglo-Americana, principalmente após o renascimento do termo ‘geopolítica’ por Kissinger e com a eleição de Ronald Reagan.

No livro seminal “*Critical Geopolitics*”, Tuathail (2000) traz as bases da geopolítica crítica, considerando não uma teoria generalista de geopolítica ou uma negação intelectual desta. Pelo contrário, é um termo que está em compasso com o pós-estruturalismo e outras abordagens radicais — nem todas dentro do contexto da teoria crítica ou da abordagem neomarxista de política econômica crítica — a abordagem se refere a problematização dos discursos da geopolítica (Dalby, 1996).

Conceitos como poder, conhecimento e geopolítica são agrupados de uma maneira provocativa, como a espacialização e a demarcação do conhecimento, o estabelecimento dos sujeitos, objetos, rituais e fronteiras deste campo (Dodds; Sidaway, 1994). De certa forma, existe a necessidade de uma desconstrução — observando as estratégias de Derrida — das práticas representativas das elites conservadoras, se tratando de política internacional, percebendo a geopolítica como um processo ideológico.

Em outras palavras, a crítica proposta é no sentido de evitar um apagamento da geografia pela geopolítica, na organização de zonas de interesse e relações de poder entre espaços de terra (Painter; Jeffrey, 2009). Também atua na despolitização dos processos políticos, caracterizando como algo natural do aspecto físico dos estados, mas não como o resultado de processos econômicos e sociais (Painter; Jeffrey, 2009; Tuathail, 2000). Essa abordagem crítica da geopolítica é aplicada no contexto da Guerra Fria e da fragmentação da Iugoslávia na interpretação dos discursos políticos destes eventos e as relações de poder inerentes das relações políticas ocorridas. Essas relações são fomentadas pelos mesmos discursos políticos da geopolítica ‘convencional’, principalmente na concepção de ‘nós’ e ‘eles’. São estes discursos políticos, construídos a partir de estratégias argumentativas, que mobilizam identidades de oposição (Fraga; Hoff, 2022), conferindo espaço para uma geopolítica de ‘amigo/inimigo’, comum no discurso de política internacional ‘Ocidental’, principalmente a partir do 11 de setembro e dos discursos do então presidente estadunidense George W. Bush.

3 Discurso na Geopolítica crítica e na Teoria do Discurso Político de Laclau e Mouffe

Na geopolítica crítica, o discurso é utilizado como espaço para aplicação das estratégias de poder (Sharp, 1993), sendo construído e imposto historicamente nas pessoas (Dalby, 1991). Para Müller (2008) os aspectos principais da definição do discurso e seu papel na geopolítica estão atrelados: (a) a autonomia da ação individual; (b) na compreensão como um fenômeno sociocognitivo e; (c) com foco na construção de significado. Tais elementos remetem a uma concepção de agência humana, através do qual os discursos são representações da aquisição de poder sobre o espaço.

Apesar de basear-se em Foucault para a estrutura do conceito de discurso, para Müller (2008), existe uma distância da base teórica da geopolítica crítica com os conceitos do filósofo francês. Foucault se utiliza do termo ‘sujeito’, em contraposição com o conceito de agente humano individual. Tem ênfase na estrutura natural do discurso, em sua heterogeneidade e contingência, em como ela é produzida por quem fala. Neste ponto, as narrativas — fatos contados por alguém — são deixados de lado, pois não são considerados propriamente discursos.

Laclau e Mouffe (2015), por sua vez, rejeitam as inconsistências foucaultianas, relacionando a linguística com os aspectos comportamentais da prática social. Todo espaço social é constituído em um processo de criação de significado, em um caráter discursivo (Laclau, 1990). São a partir dos discursos que ocorrem a performatividade, ou seja, “uma prática reiterativa e citacional por meio da qual o discurso produz os efeitos daquilo que nomeia” (Butler, 2019, p. 21).

Essa perspectiva abre o caminho para preenchimento das práticas cotidianas, sem perda de seus efeitos políticos (Müller, 2008). Essa atuação discursiva, construída a partir de práticas de seus sujeitos, são explicadas de inúmeras maneiras (Burity, 2018). São estes discursos que representam certa particularidade das práticas sociais, que formam a hegemonia. Essa é a relação que, em determinado momento histórico, representa — “de forma precária e contingente”, diversas identidades, incompletas (Mendonça, 2007).

Discurso é, portanto, uma totalidade de significados, no qual transcendem a distinção entre a linguística e a extralinguística, pois não existe um encerramento total na conexão entre significante e significado (Laclau; Howarth, 2015). Entende-se por significante uma imagem acústica, um som que simboliza algo, já o significado é o conceito por trás daquele som. Isso

caracteriza significantes como algo contingencial, de acordo com a compreensão conceitual de determinado sujeito (Ferreira, 2011).

Considerando a geopolítica, ao proferir certo discurso com a expressão “eixo do mal” — neste caso um significante — este pode ter uma série de significados. Para um estadunidense pode significar o Irã e seus apoiadores; para um russo, países ‘ocidentais’, para um brasileiro pode significar países alinhados com o Norte Global. Em cada discurso se desenvolve uma hegemonia, ou seja, consegue “suplementar discursos ou identidades até então dispersas” (Mendonça, 2007, p. 251). A parte que fixa a relação entre significante e significado é a hegemonia, uma tomada de decisão em um terreno de indecisões (Laclau; Howarth, 2015).

Portanto, “[...] a indecibilidade estrutural é condição de possibilidade da hegemonia. Sem indecibilidade e contingência não é possível pensar as rearticulações hegemônicas” (Alves, 2010, p. 88). Discursos hegemônicos querem estabelecer “ordem” discursiva, porém, são sempre precários, contingentes e ameaçados por “discursos contra-hegemônicos” (Mendonça, 2007). Não existe um poder totalizante, mas sim a apresentação de determinado poder através dos discursos que sejam “compatíveis e representativos com os anseios de outros grupos”.

Isso explica por que na política internacional existem discursos hegemônicos, como dos países do Hemisfério Norte, porém existem discursos contra-hegemônicos como aqueles do Sul Global. Exemplo está no discurso do financiamento internacional: enquanto grande parte do Norte Global credita no Fundo Monetário Internacional o financiamento de países, juntamente com medidas de austeridade fiscal; o Sul Global contrapõe esses discursos com outro, salientando a importância de desindexar o dólar das operações de comércio internacional. Porém, para um discurso se tornar hegemônico, necessita renunciar a sua particularidade, subvertendo ao seu sentido particular (Mendonça, 2007).

No exemplo anterior, um discurso de desindexação do dólar no comércio internacional, para se tornar hegemônico, precisa articular-se com outros discursos a fim de suplementar o discurso particular (Mendonça, 2007). Isso ocorre pelo estabelecimento de pontos nodais, onde um discurso se torna equivalente a outros discursos presentes, incorporando outros discursos na mesma pauta (Laclau; Mouffe, 2015). Continuando com o exemplo da desindexação do dólar no comércio internacional, este discurso para se tornar hegemônico deve sair da esfera de contraponto econômico. Precisa se tornar um marco contra

a opressão estadunidense, ou a união do Sul Global, sem que ocorram antagonismos entre os discursos principais e os suplementares.

Entretanto, discursos hegemônicos podem se tornar sem significado, ao aglutinarem tantos discursos, atraindo uma cadeia de elementos articulatórios, tornando-se significantes vazios (Laclau, 2005). Significantes vazios são significantes sem significado “em função de sua natureza polissêmica”, tendo limites no antagonismo (Mendonça, 2007, p. 253). Sua expansão é limitada ao ponto que o antagonismo se torna idêntico a “todas as identidades constituidoras do significativo vazio” (Mendonça, 2007, p. 253).

Diversos discursos articulados reafirmam sua hegemonia, até o ponto limite dos discursos se tornarem antagônicos, não representando mais a vontade do representado. Em discursos, a “[...] representação é o processo pelo qual outrem — o representante (ou a representante) — ‘substitui’ e ao mesmo tempo ‘encarna’ o representado (ou a representada)” (Laclau, 2011, p. 147). Se torna a transferência direta da vontade do representado, de forma inteiramente constituída.

Essas representações não são satisfeitas na lógica política (Mendonça, 2007), pois normalmente o representante representa mais que um grupo em específico, como a população em geral. Neste caso, a representação política é “[...] sempre falha, pois a vontade do representado nunca é satisfeita integralmente, uma vez que o universo da representação é sempre complexo e resultante de disputas políticas” (Mendonça, 2007, p. 253). Se torna uma representação distorcida, carregando consigo a contingência e precariedade, não sendo possível prever que um determinado discurso irá representar outros discursos; quando ocorre essa representação temos uma relação discursiva hegemônica.

Seguindo em nosso exemplo, o discurso de desindexação do dólar no comércio internacional proposto representa certo grupo de países dentro do Sul Global. Estes países renunciam a seu discurso em prol da transferência da vontade em expandir mais mercados. Este discurso faz articulação com outros discursos de origem capitalista, notoriamente contrários ao primeiro proposto a partir de uma decolonialidade; são antagônicos.

Atitude comum na geopolítica contemporânea, países como Estados Unidos se fazem valer de um discurso promotor da democracia, sobretudo liberal, mas apoiam regimes autoritários. Isso é explicado como forma de aglutinar discursos em torno de uma proposta comum, partindo do discurso particular (democracia), articulando esses com outros discursos a partir de interesses de segurança ou econômicos (Carothers; Feldman, 2023). Neste sentido,

o termo ‘democracia’ se torna um significante vazio e o discurso estadunidense, por exemplo, um discurso que não representa uma visão geopolítica democrática.

Laclau e Mouffe (2015) estabeleceram uma crítica à democracia liberal e seu contraponto, o socialismo. Grande parte deste contraponto está vinculada a descrença na democracia liberal, sem dúvida atribuída pela ascensão do neoliberalismo (Brown, 2015). Soma-se a normatização dos diversos modelos de democracia — sobretudo a liberal — como um projeto político inacabado, contingencial, fraturado por disputas políticas, com uma linha fixa entre aquilo que é público e privado (Nascimento, 2016).

Uma perspectiva geopolítica cunhada na democracia radical e plural se torna fundamental. Primeiro como modo de salvaguardar os preceitos democráticos e; segundo, para possibilitar a participação popular em um mundo multipolar, estabelecido em bases pós-modernas.

4 Como se constitui a Democracia radical e plural de Laclau e Mouffe

Como já demonstrado, a forma de interpor soluções diante da crise do Marxismo no final do século XX, sem contar o crescimento da racionalidade e governamentalidade neoliberal, fez necessário repensar qual foi a crise empreendida. Laclau e Mouffe (2015) compreenderam que a crise do Marxismo estava atrelada a sua preocupação com foco no paradigma evolucionário, com base econômica (Boucher, 2021, p. 369). Esse ponto de partida levou a desconstruir as bases marxistas e reconstruí-las sob a centralização da hegemonia.

Essa desconstrução se dá a partir de uma nova perspectiva transdisciplinar das categorias “como classe social, contradição entre forças de produção e a tríade de níveis (econômico, político e ideológico)” (Costa; Coelho, 2016, p. 1). Se reativam tais categorias marxistas através da categoria de hegemonia, sendo uma essa força social particular, assumindo uma representação da totalidade, de maneira incomensurável (Laclau; Mouffe, 2015). Contudo, como já foi visto, a premissa da hegemonia é de ordem discursiva (Mendonça, 2007), diante da precariedade e contingência dos discursos, a ordem hegemônica é momentânea.

Construído por base na luta de classes, o marxismo empregado como ideologia antagônica ao capitalismo não consegue atuar como discurso contra-hegemônico. Ocorre que as subjetividades dos sujeitos não são construídas baseadas nas relações de produção, mas sim de diversos discursos suturados de forma precária e provisória entre si (Mouffe; Martin, 2013,

p. 46). Não podemos reduzir os sujeitos a uma classe única, pois tais sujeitos são formados a partir de suas diversas relações sociais.

A partir deste questionamento surge a vertente política chamada de pós-marxismo. Convencionada por Laclau e Mouffe (2015), essa perspectiva socialista atribui a centralidade do discurso como forma de compreender as relações políticas entre os sujeitos. Através das articulações políticas são geradas as relações sociais, e essas por sua vez geram as formações hegemônicas (Mouffe; Martin, 2013) dos discursos.

Em um ambiente após a Segunda Guerra Mundial, novos movimentos sociais surgiram, como resposta a formação hegemônica que se instalou completamente no Ocidente (Mouffe; Martin, 2013). Surgiram antagonismos entre estes novos movimentos sociais e a formação hegemônica, mas não devido à opressão da hierarquia. Tais antagonismos surgiram a partir do desenvolvimento do capitalismo, no qual destruiu as relações sociais substituindo-as por relações comerciais. A constituição da linha de produção, do intervencionismo estatal keynesiano e a cultura midiática, não respondem aos antagonismos dos novos movimentos sociais. Se cria uma democracia baseada na racionalidade neoliberal (Brown, 2009), constituída por sujeitos empresariais (Dardot; Laval, 2016), através de formações discursivas que ultrapassam ideias econômicas e políticas, mas intervém em todos os aspectos da vida social.

Não é possível considerar a democracia em moldes socialistas (ou marxistas), pois não há possibilidade de totalizar a relação social baseada em classes econômicas (Mouffe; Martin, 2013; Nascimento, 2016), nem mesmo suportar a racionalidade neoliberal que ameaça à democracia liberal, baseada na pluralidade (Brown, 2015; Mouffe, 2000). Portanto, a alternativa é reconstruir o conceito de democracia a partir de outros pilares, onde a revolução democrática ocorra a partir dos antagonismos, na concepção de uma nova formação hegemônica.

Portanto, a construção da democracia liberal advém da “revolução democrática”, reemergindo o princípio democrático de que o “poder deve ser exercido pelo povo”, dessa vez como um modelo simbólico proveniente do discurso liberal (Mouffe, 2000). Contudo, tal discurso liberal é fonte de lutas entre liberais e democratas. Alguns, mais próximos de um significado para democracia atribuído ao seu utilitarismo como salvaguarda da liberdade individual (neoliberais); outros na premissa que a decisão das pessoas é tomada de cunho racional (racionalistas) e; ainda outros concebendo as instituições liberais como instituições burguesas, promovendo a substituição por formas de democracia direta (marxistas).

A tendência estabelecida pela racionalidade neoliberal (Brown, 2015) é enviesar o conceito de democracia, como se fosse seu conceito a defesa aos direitos humanos, esquecendo-se da soberania popular (Mouffe, 2000). Essa soberania popular é utilizada por políticos populistas de direita, não sendo possível deixar a democracia de lado. Em outras palavras, “[...] é vital para a política democrática entender que a democracia liberal resulta da articulação de duas lógicas que são incompatíveis em última instância e que não há como reconciliá-las perfeitamente (Mouffe, 2000, p. 5)”⁴.

Para se pensar em política é preciso compreender as novas lutas e a diversidade de relações sociais que a revolução democrática abrange, partido da ideia de um sujeito descentralizado, detotalizado, construído como um ponto de interseção da multiplicidade de posições de sujeito, entre aquilo que não existe *a priori* ou uma relação necessária e sua articulação como resultado das práticas hegemônicas (Mouffe; Martin, 2013). Assim, não pode ser nem o neoliberalismo, com sua racionalidade com foco no interesse pessoal (Dardot; Laval, 2016) e nem o marxismo, com a redução orientada para o pertencimento de classe (Laclau; Mouffe, 2015).

A democracia radical e plural proposta por Laclau e Mouffe (2015) é a radicalização e aprofundamento da revolução democrática, como uma extensão dos ideais de liberdade e igualdade para áreas de vida social (Mouffe, 1996). É uma forma de usar os elementos presentes na democracia liberal, a fim de lutar contra as relações de subordinação em termos não econômicos. Isso requer o abandono do reducionismo, bem como do essencialismo, advindos do socialismo e propagados pela divisão social e antagônica.

Fica evidente que a democracia tão somente não garante a defesa da liberdade e o respeito aos direitos individuais; somente com o liberalismo político é possível impedir que a lógica da soberania popular se torne tirânica (Mouffe, 1996). Motivo da chamada ‘crise da democracia liberal’ é devido à política ter sido reduzida a atividade de atendimento egoístico de interesses privados. Com o esvaziamento do poder estatal e a redução da democracia aos aspectos econômicos (Brown, 2006), se torna imperioso reestabelecer a ligação entre ética e política, revivendo a filosofia política como uma abordagem normativa da política.

Reconhecendo a hegemonia como a natureza inerente de toda ordem social, as práticas hegemônicas como articulações práticas, de forma precária e contingente é possível constituir

⁴ Do original: “[...] is vital for democratic politics to understand that liberal democracy results from the articulation of two logics which are incompatible in the last instance and that there is no way in which they could be perfectly reconciled.”

‘o político’, como uma dimensão antagônica inerente a todas as sociedades humanas (Mouffe, 2013). Neste sentido, ‘o político’ é uma dimensão do antagonismo de onde emergem, de várias maneiras, uma diversidade de relações sociais. Por outro lado, ‘político’ refere-se à construção das práticas, discursos e instituições que almejam uma certa ordem, se organizando para a coexistência humana em condições no qual são potencialmente conflitantes, ou seja, afetadas pela condição ‘do político’.

A tomada de decisões em alternativas conflitantes, oriundas de questões políticas, não podem ser tomadas com base na perspectiva racionalista e individualista (Mouffe, 2013), difundidas pela racionalidade neoliberal. Desta maneira, o (neo)liberalismo não é uma forma adequada de ver a natureza plural do mundo social, determinada pelo conflito. Ocorre que o (neo)liberalismo não se preocupa com as formas coletivas de identificação, das quais ‘o político’ lida com as formações de ‘nós’ contra ‘eles’.

Essas formações de ‘nós’ contra ‘eles’ fazem parte da geopolítica convencional, do qual não considera que “que toda identidade é relacional e que a afirmação de uma diferença é uma pré-condição para a existência de qualquer identidade (Mouffe, 2013, p. 4)”⁵.

A existência do ‘nós/eles’ desenvolve a existência da concepção de ‘amigo/inimigo’, simplesmente por este ser diferente (Mouffe, 2013). Portanto, como os antagonismos são impossíveis de remover de nossa sociedade — atingindo a plenitude da igualdade — Mouffe, desenvolveu um modelo de democracia baseado no agonismo. Este modelo implica a aceitação que uma democracia plural é precisamente formada pelo reconhecimento e legitimação do conflito, visto que é impossível se chegar a um consenso, sem que a identidade do outro seja eliminada do processo.

Ao considerar o agonismo, o conflito se dará não através de inimigos — e a inerente eliminação entre eles — mas entre adversários (Mouffe, 2013). Esta é a principal categoria neste modelo, no qual os oponentes estão em aliança com os princípios de liberdade e igualdade para todos, mesmo discordando sobre sua interpretação. Não se trata de consenso às instituições que constituem a democracia liberal e os valores político e éticos que a compõe, pelo contrário, é considerar a sublimação dos antagonismos. Também não se trata da ocupação do espaço político empreendido pelo neoliberalismo, objetivando a ocupação de posições de poder ao desalojar o outro deste mesmo espaço, mas sim, da sublimação das paixões políticas mobilizadas a partir de modelos democráticos com objetivos democráticos.

⁵ Do original: “(...) *that every identity is relational, and that the affirmation of a difference is a precondition for the existence of any identity.*”

Surge como pilar fundamental da democracia radical e plural a compreensão que existem outros projetos hegemônicos presentes nos discursos, no qual não podem se reconciliar (Mouffe, 2013). Portanto, é preciso compreender qual tipo de ‘nós’ é visualizado e quais equivalências devem ser feitas para considerar ‘eles’ como adversários.

5 Aplicabilidade como método para Geografia crítica

Diferentemente de outras propostas de democracia radical, baseadas no consenso, a proposta agonista de democracia radical e plural pós-marxista (Laclau; Mouffe, 2015; Mouffe, 2000; 2013) demonstram a necessidade da revisão da compreensão do termo democracia. Partindo das premissas oriundas da concepção de democracia, a partir da visão Ocidental, a democracia liberal é fundada pelos princípios dos direitos humanos, livre mercado e livre escolha de representantes. Tais princípios podem ser aplicáveis nas democracias Ocidentais, mas não refletem outras formas de democracia em contextos sociais divergentes.

Primeiro ponto importante é identificar que o Ocidente, com seus valores baseados na racionalidade neoliberal, detém perfil imperialista. Almeja impor o discurso hegemônico à todas as sociedades, independentemente de considerar os discursos destas legítimos (Mouffe, 2013). Para Brown (2015) a racionalidade neoliberal solapa as fundações da democracia liberal. Contudo, é a própria racionalidade neoliberal que reconstruiu o termo democracia (Mouffe, 2005), utilizando a razão como modelo de concepção, baseando-se no consenso.

Como já foi elucidado, não existe consenso sem que a outra parte perca sua própria identidade. Deste modo, o que se busca é compreender o conflito pelo aspecto político. Para tal é fundamental entender o discurso político do outro como legítimo, hegemônico, precário e contingente (Mendonça, 2007; Mouffe, 2013). A partir deste aspecto surgem as articulações hegemônicas, com valores presentes no discurso do outro. Considera-se o dissenso como base para a compreensão, em um campo ‘pluriverso’ de hegemonias.

Enxergando o discurso do alheio como legítimo, considerando este como hegemônico e factível de realizar práticas hegemônicas, se torna possível ver como se constrói esse discurso através das articulações entre ‘o político’ e ‘a política’, naquela sociedade. Se utiliza para essa finalidade equivalentes homeomórficos dos valores presentes nas democracias Ocidentais (Mouffe, 2013), como forma de reconhecer a diversidade de princípios que regem a pluralidade de democracias. Como ponto nodal (Laclau; Mouffe, 2015) da democracia radical está a soberania popular (Mouffe, 1995) e suas diversas articulações com a religião,

com a etnicidade, com a cultura e com as línguas. Mantém-se dessa forma as divergências de cada sociedade com as sociedades ocidentais, observando essas como a origem dos conflitos. Inexiste a preocupação em tornar um discurso hegemônico superior ao outro.

Entretanto, reside a preocupação em enxergar o discurso hegemônico como ferramenta para assimilação ou aniquilação da identidade plural alheia, considerando como inimigos aqueles considerados por ‘eles’. Isso é extremamente utilizado por ‘potências ocidentais’, como forma de subjugar seus valores e princípios neoliberais a outras nações. Consideram ilegítimos do debate internacional nações que advogam valores divergentes, alijando essas de qualquer discussão, tratando-as como inimigas. Existem inúmeros exemplos, o mais usual é a China.

Os valores que norteiam a democracia chinesa não são os mesmos que alicerçam a democracia liberal ocidental. Se torna impossível identificar na China a democracia liberal, pois ela inexistente. Contudo, há outra forma democrática, pois o aspecto fundamental é a soberania popular. Resta, portanto, equivaler os princípios da democracia chinesa com os princípios da democracia liberal, observando suas articulações com o discurso hegemônico presente.

6 Conclusão

Nos últimos anos houve uma deterioração dos princípios da democracia liberal graças a expansão da racionalidade neoliberal. Tais princípios baseados nos direitos humanos, liberdade de mercado e liberdade na escolha de representantes foi convertido em uma espécie de produto a ser comercializado. Na geopolítica esse preceito foi seguido, considerando outras democracias como inimigas dos valores pregados pelo neoliberalismo. Isso advém do fato que no conceito mercadológico inexistem adversários, mas sim concorrentes, propagado pela racionalidade neoliberal.

Discursos políticos construídos no advento do neoliberalismo demonstram que a geopolítica ocidental está fundamentada na assimilação ou aniquilação de outras democracias, com base nos valores neoliberais de liberdade individual, livre mercado e direitos humanos. Não se observam que outras democracias detêm valores tão fortes quanto, pressupondo que estas não atingiram a modernidade. Diante do desafio, é preciso que a geopolítica crítica enxergue as outras democracias de maneira equivalente.

Para tanto, a democracia radical e plural proposta por Laclau e Mouffe (2015) surge como ferramenta analítica de como se comportam outras democracias a partir dos discursos

políticos. Atribuindo a equivalência dos valores atribuídos às democracias ocidentais, é possível identificar o imperialismo aplicável em países com formas sociais e democráticas divergentes do modelo neoliberal. Legitimando em igualdade as democracias em um mundo multipolarizado, se torna possível observar a influência direta do discurso hegemônico das democracias liberais ocidentais. Se torna também uma forma de compreender outros modelos de democracia e relacionar-se em debates conflitantes, aspectos que podem ser explorados em pesquisas futuras aplicadas.

Referências

- ALVES, A. R. C. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, [s. l.], n. 80, p. 71–96, 2010.
- AVELINO, N. Governamentalidade e Arqueologia em Michel Foucault. *REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS*, [s. l.], v. 25, n. 74, p. 139–195, 2010.
- BARNES, T. J.; ABRAHAMSSON, C. Tangled complicities and moral struggles: The Haushofers, father and son, and the spaces of Nazi geopolitics. *Journal of Historical Geography*, [s. l.], v. 47, p. 64–73, 2015.
- BOUCHER, G. Ernesto Laclau (1953-2014) and Chantal Mouffe (1943-). In: *ROUTLEDGE HANDBOOK OF MARXISM AND POST-MARXISM*. New York: [s. n.], (Routledge Handbooks), p. 368–375, 2021.
- BROWN, W. American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization. *Political Theory*, [s. l.], v. 34, n. 6, p. 690–714, 2006.
- BROWN, W. Neoliberalism and the End of Liberal Democracy. In: *NEOLIBERALISM*. Princeton: Princeton University Press, 2009.
- BROWN, W. Undoing the demos: *Neoliberalism's stealth revolution*. First Editioned. New York: Zone Books, 2015.
- BURITY, J. A. Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. In: *PÓS-ESTRUTURALISMO E TEORIA DO DISCURSO: EM TORNO DE ERNESTO LACLAU*. 1. ed. Porto Alegre: EdPUCRS, 2018.
- BUTLER, J. *Corpos que importam: Os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo: Crodilo Edições, 2019.
- CAROTHERS, T.; FELDMAN, B. *Examining U.S. Relations With Authoritarian Countries*. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2023. Working Paper.
- COSTA, E. G. D.; COELHO, G. B. Hegemonia, estratégia socialista e democracia radical. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [s. l.], v. 31, n. 92, p. 01, 2016.

- CRUZ, N. D. R. O Pensamento Olavista sobre a Nova Ordem Internacional. *Revista Tempo e Argumento*, [s. l.], v. 15, n. 39, p. e0201, 2023.
- DALBY, S. Critical Geopolitics: Discourse, Difference, and Dissent. *Environment and Planning D: Society and Space*, [s. l.], v. 9, n. 3, p. 261–283, 1991.
- DALBY, S. Writing critical geopolitics: Campbell, Ó Tuathail, Reynolds and dissident skepticism. *Political Geography*, [s. l.], v. 15, n. 67, p. 655–660, 1996.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DITTMER, J. Geopolitical assemblages and complexity. *Progress in Human Geography*, [s. l.], v. 38, n. 3, p. 385–401, 2014.
- DODDS, K.-J.; SIDAWAY, J. D. Locating Critical Geopolitics. *Environment and Planning D: Society and Space*, [s. l.], v. 12, n. 5, p. 515–524, 1994.
- FERREIRA, F. A. Para entender a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau. *Revista Espaço Acadêmico*, [s. l.], v. XI, n. 127, p. 12–18, 2011.
- FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica: Curso dado no Collège de France (1798-1979)*. 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes - selo Martins, 2022.
- FRAGA, L. L.; HOFF, T. M. C. Nós versus Eles: A Construção do “Eu” e do “Outro” no Discurso Político Populista. *Compólitica*, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 5–30, 2022.
- FRIEDMAN, M. *Capitalismo e liberdade*. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.
- FRIEDMAN, M. *Livre para escolher*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.
- FRIEDMAN, T. L. *The world is flat: a brief history of the twenty-first century*. New York: Picador, 2007.
- FUKUYAMA, F. *The end of history and the last man*. 1. ed. New York: Free Press, 1992.
- HEINSFELD, A. *A trajetória do pensamento geopolítico: da geopolítica clássica às novas geopolíticas*. [S. l.]: Acervus, 2020.
- HUNTINGTON, S. P. *The clash of civilizations and the remaking of world order*. Simon&Schuster hardcover eded. New York: Simon & Schuster, 2011.
- KAPLAN, R. D. *The coming anarchy: Shattering the dreams of the post Cold War*. 1. eded. New York: Random House, 2000.
- KEOHANE, R. O.; NYE, J. S. *Power and interdependence*. 4. eded. Glenview: Pearson, 2012. (Longman Classics in Political Science).

KLIKAUER, T. *Managerialism: A critique of an ideology*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2013.

LACLAU, E. *Emancipação e Diferença*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LACLAU, E. *New Refleccons on The Revólution of OurTime*. London: Verso, 1990.

LACLAU, E. *On populist reason*. London ; New York: Verso, 2005.

LACLAU, E.; HOWARTH, D. R. *Ernesto Laclau: Post-marxism, populism and critique*. London: Routledge, 2015. (Routledge innovators in political theory).

LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. [S. l.]: Intermeios - Casa de Artes e Livros, 2015.

MENDONÇA, D. A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira. *Ciências Sociais Unisinos*, [s. l.], v. 43, n. 3, p. 249–258, 2007.

MIROWSKI, P.; PLEHWE, D. (org.). *The road from Mont Pèlerin: the making of the neoliberal thought collective*. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

MISES, L. V. *Ação humana*. [S. l.]: Imb, 2010.

MOUFFE, C. *Agonistics: Thinking the world politically*. [CA & US version]ed. London: Verso, 2013.

MOUFFE, C. Por um modelo agonístico de democracia. *Revista de Sociologia e Política*, [s. l.], n. 25, p. 11–23, 2005. Disponível em: Acesso em: 22 fev. 2024.

MOUFFE, C. Post-Marxism: Democracy and identity. *Environment and Planning D: Society and Space*, [s. l.], v. 13, p. 259–265, 1995.

MOUFFE, C. Radical Democracy or Liberal Democracy?. In: TREND, D. (org.). *Radical Democracy: Identity, citizenship, and the state*. New York: Routledge, 1996.

MOUFFE, C. *The democratic paradox*. London: Verso, 2000.

MOUFFE, C.; MARTIN, J. *Chantal Mouffe: Hegemony, radical democracy, and the political*. London: Routledge, 2013. (Routledge innovators in political theory).

MÜLLER, M. Reconsidering the concept of discourse for the field of critical geopolitics: Towards discourse as language and practice. *Political Geography*, [s. l.], v. 27, n. 3, p. 322–338, 2008.

NASCIMENTO, K. L. D. A Democracia Radical e Plural: um projeto político para a esquerda. *Teoria e Pesquisa*, [s. l.], v. 25, n. 3, p. 234–253, 2016.

NUNES, N. A. Uma genealogia do liberalismo contemporâneo: a crítica foucaultiana do ordoliberalismo alemão. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 322–343, 2013.

PAINTER, J.; JEFFREY, A. S. *Political geography: An introduction to space and power*. 2d eded. London: Sage, 2009.

PORTER, M. E. The Competitive Advantage of Nations. *Harvard Business Review*, [s. l.], 1990.

SAID, E. W. *Orientalismo: O Oriente Como Invenção Do Ocidente*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012.

SCHUMPETER. *Capitalismo, Socialismo e Democracia - Schumpeter*. [S. l.]: Lebook Editora E Livraria, 2020.

SHARP, J. P. Publishing American identity: Popular geopolitics, myth and The Reader's Digest. *Political Geography*, [s. l.], v. 12, n. 6, p. 491–503, 1993.

SHEPHERD, S. Managerialism: An ideal type. *Studies in Higher Education*, [s. l.], v. 43, n. 9, p. 1668–1678, 2018.

TUATHAIL, G. Ó. *Critical geopolitics*. First editioned. Boca Raton: Routledge, 2000.

TUATHAIL, G. Ó. Putting Mackinder in his place. *Political Geography*, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 100–118, 1992.

TUATHAIL, G.; AGNEW, J. Geopolitics and discourse: Practical geopolitical reasoning in American foreign policy. *Political Geography*, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 190–204, 1992.

Recebido em 22 de julho de 2024.

Aceito para publicação em 12 de agosto de 2024.